

Demolição em escola vira polêmica

A demolição de parte da escola São Francisco, na QE 3 da área especial do Guará I, reacendeu uma antiga polêmica sobre a ocupação do terreno. Segundo a Administração Regional do Guará, a direção da escola foi notificada e intimada "inúmeras vezes" de janeiro a junho de 1996. No meio do ano, foi registrado um acordo judicial onde a escola se comprometia a desocupar a área até janeiro de 1997.

O administrador, Marcos Dantas, explicou que 40% da área total da escola são invasão de área pública. Ressaltan-

do que o trabalho de demolição está interrompido "para não prejudicar a vida escolar dos alunos", Dantas assegurou que as salas de aula estão intactas. "Se não está havendo aula, é porque o proprietário quer provocar confusão e sair como vítima".

"O fato de ter derrubado não significa que a escola não possa funcionar. Se os pais quiserem, podemos oferecer vagas nos colégios públicos do Guará", afirmou o secretário da Educação, Antônio Ibañez, negando que a derrubada tenha sido uma atitude política.

"Foi uma determinação da Justiça e do Ministério Público para que o terreno fosse legalizado".

Marcos Dantas ressaltou que, por quatro vezes, conseguiu interromper a operação de demolição. "Se a gente tirasse tudo o que ele (o proprietário da escola, Izalci Lucas) invadiu, inviabilizaria o colégio", advertiu. Os 15 metros quadrados que eram ocupados pela escola São Francisco passam a ser propriedade da Escola Classe nº 1 (pública).

O proprietário fez publicar

nota nos jornais levantando a suspeita de que a demolição tenha sido uma retaliação política. "A denúncia da invasão foi feita pelo administrador regional à época em que o proprietário construiu o colégio. Hoje, o antigo administrador é ligado a Lucas". O atual administrador prefere ser mais claro e direto: "Ele é candidato pelo PSDB e sempre se escondeu. Chegou a contratar um trator para demolir e simular uma tragédia, disse Dantas.

TAÍS BRAGA

Repórter do Jornal de Brasília